

**O Desenvolvimento Representa O Indivíduo?
A História De Montes Claros/MG Sob Outras Perspectivas**

**Does Development Represents The Individual?
The History of Montes Claros/MG under others Perspectives**

Felipe Fróes Couto

Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
Professor da Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: felipe.froes@outlook.com

Lorena Fonseca Silva

Especialista em Direito Constitucional pelas Faculdades Damásio de Jesus
Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: lorena.fonseca@outlook.com

Pablo Florentino Fróes Couto

Especialização em Direito Processual pela Universidade Estadual de Montes Claros
Graduação em Direito pela Faculdade de Direito Santo Agostinho
Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
E-mail: pablocoutoadvogado@hotmail.com

Ivan Beck Ckagnazaroff

Doutor em Doctoral Programme Aston Business School, Aston University
Professor da Universidade Federal de Minas Gerais.
E-mail: ivanbeck00@gmail.com

Endereço: Felipe Fróes Couto

Endereço: Rua Francisco Versiani Athayde 461, Bairro
Cândida Camara, Montes Claros – MG.

Endereço: Lorena Fonseca Silva

Endereço: Rua Ernesto Neves, 428F, Bairro Edgar
Pereira, Montes Claros – MG.

Endereço: Pablo Florentino Fróes Couto

Endereço: Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Câmpus Arinos.
Rodovia MG 202, Km 407, Zona Rural
38680000 - Arinos, MG - Brasil

Endereço: Ivan Beck Ckagnazaroff

Endereço: Universidade Federal de Minas Gerais,
Avenida Antônio Carlos, 6627 / Unidade: FACE, sala 4036,
4º andar Pampulha, 31270901 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Editor Científico: Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 05/01/2015. Última versão
recebida em 27/01/2016. Aprovado em 28/01/2016.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

Apoio e financiamento: Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA-UFGM);
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Montes Claros/MG.

RESUMO

O presente trabalho buscou relatar, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, a construção social e histórica do município de Montes Claros/MG, traçando um paralelo entre a questão da representação dos indivíduos na esfera política na dinâmica local e o crescimento e desenvolvimento da cidade. Foi feita uma breve contextualização do desenvolvimento do município dentro do Polígono das Secas e as políticas fiscais de incentivo ao desenvolvimento. Por meio de interpretações historiográficas regionais, buscou-se compreender um sentido de dominação política na história do município, marcado por representações de desenvolvimento induzidos, de supressão de uma ordem socioeconômica local e a adoção de padrões economicistas hegemônicos como única forma de progresso. Observou-se que a cidade teve seu patrimônio cultural, social, político e econômico modificado e ajustado para se adaptar a uma hegemonia eurocêntrica, deixando de ser uma sociedade baseada em relações de reciprocidade para ser regida por relações econômicas determinadas pelo capital.

Palavras-Chave: Representação. Desenvolvimento Urbano. Incentivos Fiscais. Cidades.

ABSTRACT

This study aimed to report, from a bibliographical and documental research, the social and historical construction of the city Montes Claros/MG, drawing a parallel between the issue of the representation of individuals in the political sphere of local dynamics and the growth and development of the city. A brief review was made on the context of the development of the city within the Drought Polygon and fiscal policies to encourage the development. Through regional historiographical interpretations, it was sought to understand a sense of political domination in the history of the city, marked by representations of induced development, deletion of a local socio-economic order and the adoption of hegemonic economists standards as the only form of progress. It was observed that the city had its cultural, social, political and economic fields modified and adjusted to adapt to a Eurocentric hegemony, no longer being a society based on reciprocity relations to be governed by economic relations determined by capital.

Keywords: Representation. Urban development. Fiscal Incentives. Cities.

1 INTRODUÇÃO

Em um Estado democrático de direito, como o brasileiro, as decisões políticas devem alcançar as necessidades e aspirações de um povo que, propriamente representado, é direcionado para o alcance de direitos e garantias. De acordo com Marques e Faria (2013), a maior parte dos estudos sobre decisões políticas e políticas públicas no Brasil até a década de 80 era constituída de análises macrossociológicas sobre o Estado e os efeitos de suas políticas sobre diferentes aspectos da sociedade brasileira, como a formação da nação e de classes sociais, por exemplo, sem considerar os detalhes de suas ações ou os elementos e processos que davam força ao seu funcionamento. A questão das particularidades e diferenças dos lugares, bem como a condução da vida dos indivíduos era pouco vista na literatura.

Contudo, a compreensão dos fenômenos históricos, sociais e culturais dos diferentes lugares e em diferentes tempos é aspecto importante para a melhoria da qualidade das decisões políticas que norteiam determinados grupos sociais. O desenvolvimento não deve ser visto apenas por uma ótica economicista, que impõe determinadas ordens de progresso e padrões de sucesso para as comunidades. Os lugares ditam as suas próprias lógicas e podem, a partir de suas dinâmicas, trazerem à tona formas inovadoras de desenvolvimento que retratem as qualidades das relações sociais e das características próprias dos indivíduos que os compõem.

O presente trabalho visa relatar a construção social e histórica do município de Montes Claros/MG, traçando paralelos que demonstrem a questão da representação dos indivíduos na esfera política da dinâmica local, que determinou seu crescimento e desenvolvimento. Para isso, serão postas três metáforas: a primeira é a do lar do Sertanejo, relação que foi suprimida pela conexão do município com a rota continental entre o Nordeste e o Centro-Sul; a segunda é o progresso como uma obrigação que só pode ser cumprida mediante a industrialização e, por fim, a terceira é que, para alcançar o progresso, alguns efeitos colaterais devem ser aceitos.

Para embasar tais argumentos, será feita uma revisão acerca da literatura local sobre o desenvolvimento do município dentro do Polígono das Secas, as políticas de incentivo ao desenvolvimento local pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e uma análise sobre a dimensão teórica da representação política nesses documentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A perspectiva romântica: As origens do município de Montes Claros/MG

A maioria dos municípios brasileiros tem, em suas narrativas históricas, enredos românticos de grandes conquistas, grandes explorações ou grandes disputas de interesses entre ícones políticos e figuras regionais tradicionais. Entretanto, alguns fatos e ideias ficam obscurecidos pela ação do tempo, e muitos aspectos relacionados à evolução social e o desenvolvimento de determinados lugares ficam em um segundo plano. Compreender a dinâmica de um determinado lugar é importante no que tange a qualquer estudo social, econômico ou político, visto que os fatos não se dão de forma isolada, desvinculados do contexto no qual se encontram.

Se pesquisarmos entre os sites das prefeituras da maioria das capitais e demais cidades brasileiras, encontraremos descrições sumárias das histórias dos municípios que denotam esse romantismo e essa idealização dos lugares, marcados por fundamentos históricos que traçam a sua identidade. No site da Prefeitura de Belo Horizonte – MG, por exemplo, é possível encontrar passagens históricas que mostram traços desse romantismo: “Na origem de toda cidade existe um sonho. Deixando para trás o que têm aventureiros que partem para fazer a vida em um local desconhecido carregam consigo apenas a esperança de dias melhores. Para eles, só o futuro importa” (BELO HORIZONTE, 2013). Ao lermos essas passagens, nos sentimos encantados pela sucessão de fatos que levaram ao progresso dos grandes centros urbanos nos quais vivemos, e podemos nos identificar, ou não, com as histórias locais.

A cidade de Montes Claros – MG, localizada no norte do Estado de Minas Gerais, mais conhecida como a “Princesa do Norte”, fundada em 1857, também é marcada pelo embelezamento da história. Segundo Brasil (1983), a história de toda a região do Norte de Minas possui como marco inicial as bandeiras, formadas por “homens destemidos, valentes e experimentados, como provaram ser” (p. 19). Segundo o autor, foi os bandeirantes Fernão Dias Pais, Matias Cardoso de Almeida e Antônio Gonçalves Figueira os pioneiros da descoberta geográfica da região (este último fundador da fazenda Montes Claro, que viria a ser, no futuro, a cidade de Montes Claros). Essas explorações foram precedidas das jornadas de Espinosa-Navarro, que relataram a presença de esmeraldas na região do Norte da Província de Minas Gerais. Seduzidos pela promessa das riquezas minerais, esses bandeirantes se dedicaram, sem sucesso, ao encontro dessas pedras preciosas, e retornaram a São Paulo.

Os momentos seguintes da história de Montes Claros são marcados, segundo Brasil (1983), pelo retorno dos Bandeirantes Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira,

incumbidos, em 1691, da pacificação e escravização dos índios nas regiões do Rio Grande do Norte e do Ceará. Segundo o autor, entenderam por bem esses bandeirantes fixarem uma base sólida nas margens do Rio São Francisco, o que deu origem aos primeiros povoados e arraiais da região. Antônio Gonçalves Figueira, que obteve 700 escravos como espólio de guerra, fixou-se às margens do Rio Pardo, instalando ali um engenho de cana, e estendeu seus domínios à Jaíba e Olhos d'Água, obtendo, ainda, por alvará, uma sesmaria nas cabeceiras do Rio Verde, onde fundou a Fazenda Montes Claros. No local escolhido, conforme relata Brasil (1983), foram construídos casas e currais e erigida uma pequena capela de Nossa Senhora. Nessas terras, marcadas pela propensão da criação bovina, foram abertas estradas que ligavam o Sudeste ao Nordeste por rotas comerciais, que contribuíram para o crescimento local.

Os momentos seguintes são de desenvolvimento das rotas comerciais e de transações patrimoniais da Fazenda Montes Claros, visto que Figueira repassou a propriedade a seus filhos e retornou para São Paulo, e estes deram continuidade por alguns anos, antes da venda da fazenda, algum tempo depois. Em 13 de Outubro de 1831, a Regência, por determinação do Imperador, sancionou a Lei da Assembléia Geral Legislativa, que elevava à categoria de Vila a Povoação de Formigas. Em 16 de Outubro de 1832, deu-se a primeira reunião da Câmara Municipal eleita, e a instalação simultânea da Vila das Formigas. Em três de Julho de 1857, a Vila de Formigas foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Montes Claros (BRASIL, 1983). Surgiu, então, um pequeno município com vocação comercial no norte do Estado, vocação potencializada, como se verá, pela chegada da ferrovia em 1926.

2.2 A perspectiva global: Globalização e a inserção em um contexto nacional

Lessa (1993), citado por Querino (2006), delimita a chegada da ferrovia no Norte de Minas Gerais, em 1926, como um importante ponto de intensificação do processo civilizatório na região, e embasa seu argumento na posição dada pelos eugenistas de que o atraso do interior se justificava pela presença de nativos incapazes de alcançar o progresso por si só. Assim, era preciso diminuir a indolência do caipira, sertanejo ou caboclo do interior campestre ao tratar suas doenças, ao civilizá-los para que pudessem estar aptos a se tornarem trabalhadores ativos.

Segundo Freitas (2000), também citado por Querino (2006), até o início do Século XX, entendia-se que a impureza da raça brasileira e a hostilidade do meio, especialmente o sertão, impediam o progresso. Daí que surgiu a pretensa europeização, empreendida pelo governo imperial no Brasil predominante no Século XIX. Percebe-se que o industrialismo começou a penetrar os meios governamentais onde, para muitos, a industrialização seria o

caminho para o progresso. Contudo, não devemos nos esquecer da condição imposta pela visão eugênica e evolucionista dos europeus, e quais são seus efeitos. Assim, para os industrialistas, conforme aponta Furtado (1974) bastava, portanto, que o país criasse condições, através do saneamento do meio e do homem, e cumprisse as etapas necessárias, que progrediria ao mundo civilizado.

De acordo com Querino (2006), o modelo brasileiro de industrialização pautou-se pela absorção de tecnologias estrangeiras e, desse modo, foi moldando a sociedade, conforme os interesses daqueles que ocuparam a posição de fornecedores de tecnologia e progresso. Para o autor, a importação não se limitou aos métodos de produção, mas também avançou nas necessidades, ou seja, além de introduzir métodos de produção estranhos às lógicas locais, criou um padrão de vida diferenciado, vinculado ao consumo de novidades tecnológicas, muito caras e acessíveis apenas a uma parcela diminuta da sociedade.

O sonho da industrialização e da urbanização nos foi formulado como uma resposta ao atraso, à pobreza, à barbárie. O esforço em alcançá-los seria compensador na medida em que, como propõem os apologistas do conhecimento e do modo de vida ocidental, eliminaria esses problemas. Em função desse sentimento, o país concentrou esforços e renda na infra estrutura econômica que, como se acreditava, permitiria a chegada mais rápida dos avanços, desenvolvendo dessa forma uma modernidade essencialmente técnica, sem levar em consideração os valores éticos, os objetivos sociais, as lógicas e conhecimentos locais (QUERINO, 2006, p. 72).

Com a chegada da Ferrovia Centro-Atlântica em 1926, a conexão mais efetiva ao mundo civilizado e a possibilidade mais efetiva do progresso se tornaram evidentes. Urbino Viana (1916) apud Querino (2006) já escrevia: “A estrada de ferro é legítima e talvez única aspiração do sertanejo; benefício mais palpável que os governos podem conceder; meio profícuo de se encaminhar rapidamente o progresso.” (p. 239). Àquele tempo, acreditava-se que a estrada de ferro seria a solução dos problemas sociais que ao lugar se apresentavam.

Essa conexão com o mundo civilizado, conforme explica Querino (2006), foi uma das grandes aspirações das lideranças norte - mineiras, que buscavam a integração que levaria ao progresso nos sertões. Dessa forma, escolas, água tratada, conexão à rede urbana através da ferrovia, dentre outros aspectos estruturais, passaram a serem as prioridades nas agendas dos políticos e das elites da região, que projetaram para si a imagem da competência política, a partir do momento em que conseguiam trazer tais objetivos para o Norte de Minas Gerais.

Historicamente, essa conexão nunca antes tinha sido conseguida, pois, segundo explica Mata Machado (1991), havia um interesse no período colonial em isolar a região, interesse este associado aos interesses mercantis metropolitanos, uma vez que grande parte do ouro extraído na região de Ouro Preto e Sabará afluía para os sertões, à custa do

abastecimento de gado bovino e de gêneros agrícolas do norte de Minas para a região mineradora, o que levou a administração colonial à preocupação com o controle fiscal, já que a população do sertão se recusava a pagar os impostos instituídos pelas autoridades metropolitanas.

Saint-Hillaire (2000), citado por Querino (2006), afirma que esse isolamento resultou na quase ausência de instituições do Estado no Norte de Minas, que era assim visto como indômito e indolente, onde as autoridades não conseguiam exercer nenhuma autoridade ou vigilância, onde as leis perdiam a força, e muitas pessoas para lá iam de outras partes da província, seja para escapar à perseguição da justiça, seja para usufruir de liberdade ilimitada.

A referência espacial usual do sertão norte-mineiro é o Rio São Francisco, visto por muitos autores como um rio de integração nacional, que liga duas regiões “civilizadas” – conectadas à Europa e ao mundo “civilizado” –, quais sejam: o Centro-Sul (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) e o Norte (Bahia e Pernambuco). A necessidade de comercialização se intensificou entre essas duas regiões a partir do declínio da atividade mineradora no Século XIX, e pela necessidade de aumento da atividade agroexportadora de larga escala que garantisse a entrada de divisas no país e os níveis desejáveis ao Estado de arrecadação de impostos. Um passo importante, então, era conectar as duas regiões (QUERINO, 2006).

Contudo, conforme apontado anteriormente, a região era caracterizada por uma dinâmica local diferenciada, na qual o sertanejo, a escassez monetária, o caráter de subsistência da produção e a autossuficiência prevaleciam. Em razão de seu isolamento, o potencial de consumo de produtos europeus e de exportação de produtos em grande escala era baixo na região. O comércio ganhou feição local e, assim, a amplitude econômica da região ficou restrita. Para Mata Machado (1991), essa mesma lógica foi predominante em muitos povoados e cidades no sertão norte-mineiro, de modo que a maioria das cidades, antes da conexão com a rede urbana do Sudeste, não passava de lugarejos formados em torno de uma igreja, geralmente construídos com doações de homens mais privilegiados, que o faziam para demonstrar seu poder econômico. A população mais pobre ficava no campo.

Ainda segundo Mata Machado (1991), concorreram para a construção da ferrovia as necessidades de encontrar novas fronteiras econômicas e a preocupação em garantir a unidade territorial do país. A conexão dos sertões, para o autor, passou a ser visualizada como a inserção da região na rede urbana do Centro-Sul. Para o autor, inclusive, essa necessidade de integração norte-sul foi fator decisivo na definição da construção de uma nova capital do estado mais próxima ao norte, em posição central do estado, que garantisse a união política e econômica de todos os territórios.

das maiores formas de intervenção do Estado brasileiro, na tentativa de resolução do problema das disparidades de crescimento entre a região Nordeste e as demais regiões. Segundo a autora, Montes Claros é uma cidade que experimentou uma aceleração de crescimento econômico, tornando-se um recente espaço da expansão capitalista no Brasil, nos moldes da integração nordestina, à acumulação capitalista.

Montes Claros, sem dúvida, é um caso privilegiado para se estudar o impacto de todos esses fatores, no que diz respeito ao processo “evolutivo” de um centro urbano. À medida que se ajustava a mudança maiores ou mais amplas na divisão do trabalho inter-regional, seu trajeto nos mostra as diversas transformações sofridas, refletidas em sua extensão estrutural (BRAGA, 2008, p. 18).

Segundo Braga (2008), é com a grande seca de 1877 que o Governo Brasileiro começa a considerar as secas nordestinas como um problema que exigia a interferência federal. Até certo ponto, conforme afirma a autora, a atuação do governo, desde essa época até a década de 1950, era apenas filantrópica e imediatista, quer dizer, de medidas meramente paliativas ante a gravidade do problema, visto que se tratava de socorro ao flagelo ocasionado pela seca.

Dentre todos os órgãos regionais criados para combate à Seca, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS se constitui na mais antiga instituição federal com atuação Nordeste. O DNOCS, entre 1909 e 1959 foi, praticamente a única agência governamental federal que executava obras de engenharia na região e designava verbas para o combate à miséria ocasionada pelas secas, comode construções de açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, etc. Entre suas finalidades, o DNOCS objetivamente: a) o beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações; b) a irrigação de áreas afetadas pela seca; c) a melhoria das condições de vida da população em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais, abrangidas por seus projetos, e, subsidiariamente, outros assuntos que lhe sejam cometidos pelo Governo Federal, nos campos do saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades públicas.

Além disso, o DNOCS visava promover meios que convertessem a região, em relação aos danos das secas, em menos vulnerável. Segundo Oliveira (1977), é, em meio ao funcionamento de vários organismos na região que se inter-relacionavam entre si, que evoluiu, ao longo do tempo, a política nacional de combate às secas, menos voltada a um combate de desigualdades e desenvolvimento e mais voltada à proteção direta dos interesses da oligarquia agrária, partícipe nos centros de decisão da Administração Federal, o que tornou possível, por muitos anos, a política do clientelismo em detrimento das camadas de trabalhadores rurais que, em termos práticos, não tinham nem apoio nem aparo.

Essa preocupação com o desenvolvimento do Nordeste se refletiu nas Constituições que se sucederam entre 1934 e 1946. Na Constituição Federal de 1934, o art. 177 obrigava a destinação de 4% da receita tributária federal para a defesa contra os efeitos da seca do Nordeste, sendo 75% desse valor destinado ao plano sistemático de combate à seca e os restantes 25% reservados para serem utilizados em ajudas na ocorrência de intempéries. Esse dispositivo foi suprimido na Constituição de 1937 e reinserido na Constituição de 1946 (art. 198), que reduziu o índice de 4 para 3% da receita tributária federal. Para atender a essas finalidades, foi demarcado, em 1936, o denominado “Polígono das Secas”, cuja extensão foi aumentada ao longo do tempo, atualmente abrangendo uma área¹ de 1.800.555,6 Km².

De acordo com Braga (2008), entre 1900 e a criação da SUDENE, em 1959, o Nordeste sofreu os efeitos de seis grandes secas. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. foi constituído nesse contexto, em 1952, e se tornou o 1º órgão federal sediado no Nordeste e entrosado com outros organismos através de Conselho Consultivo, tendo uma abordagem que considerava a questão da seca não como um problema de engenharia hidráulica, mas um problema econômico. Segundo Braga (2008), com o advento do BNB, os problemas do Nordeste adquiriram uma conotação elevada à dimensão de estrutura de produção da região, problema que não apenas envolvia as secas. Assim, o apoio que poderia ser dado ao desenvolvimento seria o financeiro, voltado para a agricultura e para a indústria, mas principalmente à indústria. Assim, a região deixou de ser vista como uma fonte de problemas e tornou-se uma fonte de oportunidades e de potencialidades de desenvolvimento que requeriam uma intervenção dirigida e eficaz do governo federal.

Em 14 de Dezembro de 1956, no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, é criado, pelo decreto 40.554, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, que tinha com a finalidade de estudar minuciosamente a região, assim como efetuar um levantamento preciso da atuação governamental e dos recursos nela empregados. Segundo Braga (2008), é com a Constituição do GTDN, coordenada por Celso Furtado, que surge um novo processo de análise e avaliação, cujo resultado é um conhecimento diagnosticado da situação, no qual são expostas soluções econômicas para reverter as diferenças das tendências regionais entre Nordeste e Centro-Sul, assim como para a melhoria da distribuição de renda.

É um aspecto interessante sobre esse diagnóstico o fato de que ele indica que a política de industrialização no Nordeste deveria visar a três objetivos principais: empregar as massas

¹ Informação coletada junto à SUDENE. Site: <http://www.sudene.gov.br/areas-de-interesses-especificos>, acessado em 02/12/2013.

populacionais flutuantes, criar uma nova classe dirigente e fixar, na região, os capitais formados em outras atividades econômicas que atualmente tendem a emigrar (GTDN, p. 12). Considerava-se, naquele tempo, que, se para o Centro-Sul do Brasil, a industrialização era uma forma racional de abrir caminho para o desenvolvimento, no Nordeste, essa era a única forma e, se isso não se tornasse viável, não restaria ao Nordeste solução outra que não o seu despovoamento ou a manutenção de um status de região de baixíssima renda (GTDN, p. 51).

A Política Nacional passou, então, a ter os seguintes objetivos estratégicos: **a)** Selecionar indústrias que apresentassem maior viabilidade econômica na região; **b)** Fomentar indústrias que, apoiando-se numa base favorável de matérias-primas locais teriam possibilidades de tornar-se competitivas com as do Centro-Sul, penetrando rapidamente no mercado regional como no nacional; **c)** Atacar as indústrias tradicionais, no sentido de modernizá-las, principalmente a têxtil, que constituía importante fonte de emprego para a população local e por utilizar a fibra de algodão local; **d)** Aproveitamento da mão de obra barata, e **e)** O estudo de mercado e da potencialidade destas indústrias, ou seja, a viabilidade de todo este processo, inclusive seus esquemas de financiamento, deveria verter de modo a atrair os empresários locais ou do sul do país (GTDN, p. 84-85).

Em fevereiro de 1959, o GTDN foi convertido pelo Decreto 45.445, de 20 de Fevereiro de 1959 em Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), enquanto era encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei sugerindo a criação da SUDENE. Segundo Braga (2008), as atribuições do CODENO eram as de ir criando e implementando as diretrizes gerais econômicas propostas na criação da SUDENE. Assim, em 15 de Dezembro de 1959, através da Lei 3.692, foi aprovada pelo Congresso Nacional a criação da SUDENE, como um organismo planejador e coordenador da nova política regional, compreendida conforme artigo 1º da referida lei, pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Por adendo de seu parágrafo 2º, também a região de Minas Gerais foi incluída no Polígono das Secas. Contudo, somente após dois anos, juntamente com seu primeiro plano estratégico, foram instituídos os incentivos que se tornaram, praticamente, o centro de toda a política regional.

Uma vez demonstrado que a cidade de Montes Claros se constituiu, desde logo, em um ponto de transição entre o Nordeste e o Centro-Sul, a região havia encontrado no comércio uma possibilidade de continuidade operacional, visto que era passagem obrigatória de gente e mercadorias, o que possibilitou a chegada de grande contingente de retirantes nordestinos nos anos das piores secas.

O Município de Montes Claros, nesse contexto, ainda segundo Braga (2008), é marcado, desde o início do crescimento industrial regional, por uma característica essencial, ou seja, a ausência total de complementaridade entre as indústrias. Não havia arranjos produtivos locais sustentáveis advindos de iniciativas externas. Ao mesmo tempo, não guardavam quase nenhuma relação com o espaço onde se encontram; não compram matérias-primas e nem vendem seus produtos para a região e sua administração central está fora dela.

O crescimento da indústria na Área Mineira da SUDENE é direcionado para ser a alternativa para os capitais que se viam impedidos de se reproduzirem de maneira ampliada no Sudeste; a estes impedimentos e dificuldades constitui a AMS na resposta procurada. Este espaço que o capital industrial não tinha embreado – quase nada – começa a ser utilizado e integrado ao processo de acumulação industrial do País (BRAGA, 2008, p. 48).

Dessa forma, conforme entende a autora, fica claro para qual rumo pendia o desenvolvimento regional e que o processo de industrialização já nasceu submetido às regras de integração econômica nacional. Nesse contexto, duas características eram evidentes: subordinação e interdependência. Subordinação à expansão industrial brasileira, que tinha à frente o Centro-Sul, que se desvinculava do objetivo proposto pelo GTDN de implantar um centro autônomo de expansão manufatureira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A perspectiva política: A relação indivíduo-cidade e o padrão cosmopolita

A representação, a princípio, nos parece um conceito muito simples e até instintivo. Representa quem, por outrem fala. Representação também pode ser uma imagem que reflete outras subjetividades, outros valores. Mas esse é um conceito que se mostra muito mais complexo do que aparenta. Urbinati (2006) apresenta três perspectivas teóricas sobre a representação: a jurídica, a institucional e a política – cada uma pressupõe concepções específicas de soberania e política, e, conseqüentemente, relações entre o Estado e sociedades específicas. Conforme a autora, as teorias jurídicas e institucionais são próximas e estão baseadas em uma analogia entre o Estado e a Pessoa em uma concepção voluntarista de soberania.

Urbinati (2006) defende que a terceira perspectiva – a política – rompe com esses modelos, e cria uma categoria nova capaz de acompanhar a dinâmica social, pois não cria entes estáticos, mas permite aos agentes e instituições uma circularidade que não é confinada

a decisões de assembléia. Em outros termos, a autora defende uma corrente comunicativa entre a sociedade política e a civil e afirma serem as decisões tomadas a partir de um processo reflexivo e de negociação entre os agentes políticos de forma ampla e democrática.

Não é muito difícil visualizar a relação de representação que os indivíduos possuem com suas respectivas cidades. Estas trazem consigo não só construções, mas símbolos, traços de vivências que inúmeras pessoas tiveram e significados únicos que cada pessoa atribui aos determinados lugares. Oliveira (2001), nessa linha, entende que, também, na cidade é mais fácil de exercer a cidadania, pois os problemas são mais reais, tangíveis, e é atribuído a cada cidadão o direito de exercer seus direitos com maior propriedade. O município, assim, deve representar as expressões dos indivíduos e grupos que compõem, por se tratar da instância mais próxima às pessoas, cuja interação ocorre de maneira efetiva.

O processo político das cidades é feito, segundo Sánchez (2001), a partir da ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidade. O grande resultado é a criação da chamada cidade-modelo, unidades urbanísticas que representam o desenvolvimento independentemente de qualquer traço cultural e político local. Cidades-modelo são padrões cosmopolitas que representam o conjunto de esforços dos governos das cidades que, através de determinadas práticas, conseguem se destacar na ação urbanística, ambiental ou nas práticas de gestão.

Contudo, há uma dificuldade muito grande, nos dias atuais, de se identificar práticas de Administração Pública que, efetivamente, tragam o caráter de representação dos anseios sociais em seus objetivos e diretrizes. Sintomer (2010) aponta seis causas estruturais relacionadas à dificuldade de representação dos indivíduos na atualidade: a primeira é a existência de uma política impotente – por mais que haja crescimento econômico, pouco expressivos são os resultados dos processos de rearranjo social, distribuição de renda, redução das desigualdades, etc.; a segunda é o desengajamento político das classes populares, visto que o poder é exercido pelas altas elites globalizadas, que possuem uma consciência mais nítida de seus interesses e encontram canais de organização que permitem a sua atuação. A terceira é a emergência de uma sociedade de risco, que é pautada pelo medo das consequências das ações governamentais, de mercado, etc. A quarta é a crise da ação pública burocrática, na qual os funcionários públicos estão cada vez menos a serviço do público, e as camadas populares, que dependem desses serviços, encontram-se cada vez mais insatisfeitas; a quinta é o obstáculo ideológico, visto que não há, na atualidade, linhas de pensamento fortes que mobilizam a sociedade, como fez o socialismo por quase duzentos anos e, por fim, a sexta são as causas internas ao sistema político, que é marcado por práticas e hábitos que lhes são

próprios, de grupos que possuem seus próprios interesses e visão de mundo e que tentam, de forma desvinculada dos cidadãos, ser legítimos no exercício de seus poderes.

Mas a questão da dinâmica econômica global mostra-se, em muitos sentidos, hegemônica no contexto das cidades, que definem seus fluxos sociais e políticos também conforme a fluidez dos recursos e do consumo. Nesse sentido, Paraire (1995) entende que a ação de atores hegemônicos globalizados contribui para a realização dos imperativos do capitalismo e da reestruturação econômica global, e isso se trata de uma retórica persuasiva que, em sua vertente urbana, traduz-se em uma agenda para as cidades, tornada dominante, com pautas definidas e ações programadas, em uma afirmação política da hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades.

Assim, conforme explica Sánchez (2001), são elaboradas políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade que simplesmente se adequam ao padrão de consumo desejado em uma escala local, regional e global, e esses projetos são difundidos politicamente como vontade popular e emblemas da época presente. A imagem publicitária dessa política é a venda da imagem da cidade-modelo, e seus pontos de irradiação coincidem com as instâncias políticas de produção de discursos: governos locais em associação com as mídias; instituições supranacionais, com a Comunidade Europeia e Agências Multilaterais. A cidade-modelo se torna parecida ao padrão cosmopolita de um lugar onde há consumo e organização urbana. E todas as outras cidades que não seguem esse modelo se tornam lugares inferiores.

Como já vimos antes, a chegada da ferrovia abriu um corredor através do qual Montes Claros foi conectada à rede urbana do Sudeste. Da mesma forma, foi inserida, pela SUDENE, uma lógica de produção que reproduzia padrões europeus de desenvolvimento que, a priori, atendiam mais os interesses dos industriais do que da população em geral. Segundo Querino (2006), foi a partir daí que o fluxo de informações, de valores, de objetos e de interesses econômicos do mundo ocidental capitalista tornou-se mais intenso e atuou como um agente transformador, de modo que a cidade, e, por extensão, a região, antes isolada, agora é integrada a um mercado mundial e passa a transitar pelo o capitalismo que, por sua vez, está representado como um símbolo do progresso e do desenvolvimento.

Segundo Teixeira (s.d.), a cidade ao longo dos anos se modificou, incorporando uma nova lógica, caminhando para um novo modo de viver de se reproduzir. O tecnicismo torna-se dominante e o modo de vida local é transformado em favor dos interesses mercantis dos centros hegemônicos de uma economia mundial e passam a simbolizar atraso e até mesmo não-civilização. Como efeito quase imediato do desenvolvimento, inicia-se a especulação imobiliária, a transformação das formas de manejo e uso do solo, bem como das relações

fundiárias. Assim, conforme Querino (2006), os saberes locais e fazeres típicos da região eram agora, mais do que nunca, representados socialmente como símbolos de atraso e de ineficiência, ou como produtos do conhecimento popular, incapazes dar conta da produção conforme as novas exigências do mercado e, por isso, considerado menos eficiente.

O fato é que Montes Claros, desde então, vai deixando, cada vez mais, de ser uma cidade sertaneja e ganhando as imagens e representações do cosmopolitismo. Por outro lado, as formas de reprodução material e imaterial da vida pré-existente, nessa nova era do progresso, serão representadas como símbolos de atraso, de pobreza e de miséria. Assim, o que estava antes do desenvolvimento tende, quase sem que se perceba, a ser apagado, esquecido ou escondido para dar lugar às representações do mundo desenvolvido. O espaço urbano é reformulado para acomodar os objetos técnicos e os equipamentos urbanos que aparecem com a aura do progresso. As ruas e as vias urbanas passam a atender à necessidade de circulação de mercadorias e pessoas – que passam a serem vistas como consumidores. O automóvel toma o lugar do homem. Os embelezamentos urbanos seguem a lógica da cópia, a cidade tem de se aproximar da aparência das grandes metrópoles do mundo desenvolvido (QUERINO, 2006, p. 187).

Para Braga (2008), um aspecto importante caracterizou os primeiros passos de desenvolvimento do Município: a espontaneidade do seu crescimento sem o preparo para recebê-lo. Segundo a autora, a “Administração municipal foi marcada por uma completa ausência de planejamento urbanístico, o que só foi possível detectar nos anos setenta, quando a cidade se viu às voltas com centenas de problemas de infraestrutura física e de saneamento” (p. 44).

Conforme aponta Querino (2006), esse Plano Diretor da mudança estrutural de Montes Claros foi concluído em 1970, naquele tempo encomendado pelo então prefeito da cidade, que procurava pensar o planejamento urbano mais em uma abordagem estratégica econômica do que urbana, e buscava pequenas transformações em curto prazo. Assim sendo, conforme comenta Querino (2006), não é de surpreender que nesse Plano encontremos o crescimento demográfico apontado como um fator que alterou a ocupação espacial da cidade. Segundo o autor, outro aspecto notável é a atomização do espaço urbano, visto que na cidade os bairros não se conectavam ou eram precariamente conectados, localizando-se pulverizados no espaço, quase que sem contatos uns com os outros.

Querino (2006) observa, ainda, que o Plano Municipal vislumbrava a função do município de conter os fluxos migratórios, protegendo a capital do Estado de uma migração acima de suas possibilidades e ressaltava a necessidade de colaboração da SUDENE como fator chave de sucesso para essa contenção, que tinha por fim garantir um desenvolvimento mais equilibrado em nível estadual. É demonstrado no Plano Diretor, dessa forma, que o problema do favelamento tendia a se agravar, a partir de inúmeros focos de sub-habitações

nos bairros com loteamento normal, e que seria difícil qualquer medida para impedir o favelamento intensivo, considerando que a população teve experiência em favelas, quer em mocambos do Nordeste, quer ainda nas favelas do Centro-Sul. Em razão disso, Querino (2006) conclui que o desenvolvimento é aceito e buscado como obrigação e os problemas dele advindos são vistos como um mal necessário, ou um preço que todos devem pagar.

Para Braga (2008), esses fluxos migratórios do Norte de Minas se deram em razão das perdas populacionais acentuadas dos municípios vizinhos que não absorviam mão-de-obra, uma vez que os incentivos se concentravam, preponderantemente, em Montes Claros. Contudo, a autora observa que na cidade de Montes Claros também não houve absorção total da oferta de mão de obra, o que levou ao efeito do achatamento dos salários e à criação de exigências absurdas, que levavam a condições precárias de trabalho na região.

Da mesma forma, o excedente de mão de obra contribuiu para o surgimento de um setor informal de trabalho, onde uma parcela significativa desta força de trabalho, não encontrando colocação nas empresas organizadas, submeteu-se à marginalidade para conseguir uma renda de subsistência, a partir de iniciativas empreendedoras e informais de produtividade baixíssima – dando origem, assim, a uma massa de baixa renda e miséria no município.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 O desenvolvimento representa o indivíduo? Algumas Considerações

Percebe-se que alguns aspectos da cidade se baseiam em dimensões esquecidas pelo romantismo histórico da cidade de Montes Claros. Em meio a esse contexto, observa-se que a cidade, cujo patrimônio cultural, social, político e econômico foi modificado e ajustado, ao longo dos anos, para se adaptar a uma hegemonia eurocêntrica, deixando de ser uma sociedade baseada em relações de reciprocidade para ser regida por relações econômicas determinadas pelo capital, tornou-se uma região de transição e de incentivos que se caracterizava como “útil” na linha do centro-sul.

Nesse processo, a população sertaneja original foi a mais prejudicada, pois se viu conduzida a uma condição de miséria e pobreza que, em alguns pontos, nos parece ter sido “planejada” – conduzida pelas pessoas que legitimamente a representava. Dessa forma, entende-se que o desenvolvimento do município exerceu um papel de total reconfiguração da dinâmica local, baseada, fundamentalmente, na dependência de recursos de incentivos dos

governos Estadual e Federal. O desenvolvimento significou, para a região, a adoção de padrões existentes de cidades-modelo que apresentavam condições de urbanização mais avançadas, em detrimento das dinâmicas locais até então existentes.

O caso do município de Montes Claros possui suas particularidades, mas retrata uma situação similar em diversos municípios brasileiros, os quais se encontram em regiões de incentivo e de desenvolvimento, cujas lógicas locais são substituídas por relações “progressistas” que levam aos indivíduos não apenas novas relações sociais e econômicas, mas novos efeitos adversos dessas novas dinâmicas que, nem sempre, são benéficos aos locais.

Montes Claros, a Princesa do Norte, portanto, é uma cidade que, como muitas, foi separada de sua vocação natural, “vestida” nos padrões de cidades “desenvolvidas” e que hoje é alinhada a um padrão socioeconômico de grandes centros urbanos. A história mostra que o desenvolvimento se contrapõe ao romantismo retratado nos livros do município, que a veem como um lugar de cultura única, que cresceu por seu esforço, tornando-se um pólo de desenvolvimento. Entretanto, novas perspectivas podem atribuir novas faces dadas à história – e, assim, torna-se possível reconhecer aspectos da vida que antes permaneciam ocultos ao conhecimento coletivo e do imaginário social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934.**

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1937.**

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946.**

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL, H. O. **História e Desenvolvimento de Montes Claros.** Belo Horizonte: Leme, 1983

BRAGA, M. Â. F. **Industrialização da área mineira da Sudene – um estudo de caso.** Montes Claros: Unimontes, 2008.

DNOCS. **História.** Disponível em: http://www.dnocs.gov.br / php / comunicacao / registros.php? f_registro=2 & title=0&f_ope=registro, acessado em 01/12/2013.

FERREIRA, L. P. **Aspectos do desenvolvimento de Montes Claros.** [S.l.]: [s. n.], [197-?]. 46 p.

FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. Contexto: São Paulo, 2000.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

LESSA, S. N. **Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. Unicamp: Departamento de História. Dissertação de Mestrado, 1993.

MATA MACHADO, B. N. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento a Conflito de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **História de Belo Horizonte**. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&tax=11794&lang=pt_BR&pg=5780&taxp=0. Acesso em 01/12/2013.

QUERINO, A. J. **Montes Claros e o Norte de Minas na rede urbana do centro-sul: Fábulas e metáforas do Desenvolvimento**. Dissertação de mestrado da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

SAINT-HILAIRE, A. P. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 2000.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SINTOMER, Y. **O poder ao povo. Júris de Cidadãos, Sorteio e Democracia Participativa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUDENE. GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste**. Recife, 1978.

TEIXEIRA, G. E. **Faces e Interfaces da Pobreza e do Desenvolvimento: Uma análise para a cidade de Montes Claros/MG**. Dissertação de mestrado da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2007.

URBINATI, N. **Representative Democracy**, University of Chicago Press, 2006.

URBINATI, N. WARREN, Mark. The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. **Annual Review of Political Science**. Vol. 11:387-412 (Volume publication date June 2008).

VIANA, U. S. **Montes Claros**– breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: [s.n.], 1916.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

COUTO, F. F; SILVA, L. F; COUTO, P. F. F; CKAGNAZAROFF, I. B; O Desenvolvimento Representa O Indivíduo? A História De Montes Claros/Mg Sob Outras Perspectivas. **Rev. FSA**, Teresina, v.13, n.2, art.10, p. 195-213, mar./abr. 2016.

Contribuição dos Autores	F. F. Couto	L. F. Silva	P. F. F. Couto	I. B. Ckagnazaroff
1) concepção e planejamento.	X			
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X